



---

Comunicação oral: Eixo 9 - Educação Infantil

## **ENSINO DE HISTÓRIA NA BNCC DE EDUCAÇÃO INFANTIL: SENTIDOS DE *ESSENCIAL* NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA**

Danielle Luzia Ramos de Moraes Navarro – SEMED/Campo Grande-MS\*  
Maria Aparecida Lima dos Santos – UFMS\*\*

---

**Resumo:** A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é por nós compreendida como um discurso que veicula sentidos de ensino de História marcados pela hibridização e pela ambivalência. Os nossos estudos sobre a BNCC, de viés qualitativo e documental têm evidenciado o processo de apagamento que as questões relacionadas ao ensino de História de maneira geral vêm sofrendo ao longo das últimas décadas, inclusive na educação infantil. Nessa comunicação, a partir dos resultados de nossa análise, realizada em perspectiva pós-fundacional, observamos que sentidos se tenta fixar para o ensino de História no documento curricular vigente para a educação infantil brasileira.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Currículo. Ensino de História.

### **Introdução**

Quando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em 2017, tornando-se o documento curricular oficial e diretivo para a educação infantil em todo o país, abrangendo as redes públicas e privadas da educação básica, observou-se neste documento, a desconsideração da importância do ensino de conteúdos relacionados ao desenvolvimento do pensamento histórico-social e ao ensino de História.

Por ocasião de sua implementação, ao chegar nas escolas e centros de Educação Infantil, a BNCC (2017) passou a ser estudada pelo corpo docente a fim de adequar a prática pedagógica às orientações propugnadas por ela. Naquele momento, observou-se que as questões referentes ao pensamento histórico-social foram incorporadas no chamado *Campo de Experiências: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações*, somando-se ainda conteúdos relacionados ao pensamento matemático. O que se percebeu foi que os eixos de trabalho *Natureza e Sociedade* e *Matemática* (anteriormente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI) fundiram-se no *Campo de Experiências: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações*, e isso ocasionou numa notável secundarização do ensino de História e do trabalho com o desenvolvimento do pensamento

---

\* Docente da Rede Municipal de Educação de Campo Grande-MS.

\*\* Docente do PPGEDU da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientadora da pesquisa.



histórico-social na etapa da educação infantil.

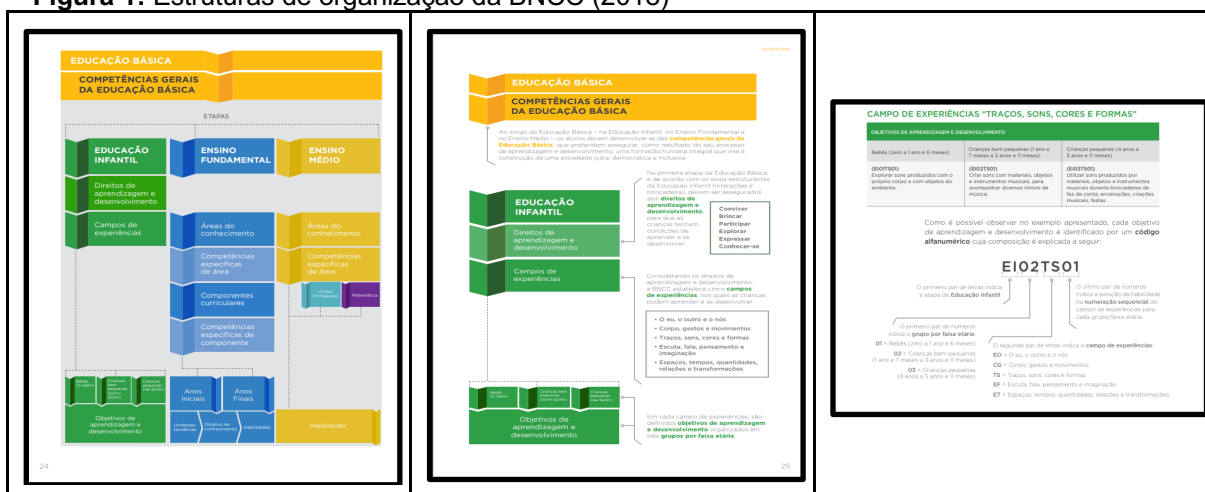
Com objetivo de problematizar os sentidos que fluem no documento sobre o ensino de História para a educação infantil brasileira, apresentamos a análise de alguns trechos da BNCC. Destacamos que esse material é parte da investigação concluída e que resultou em dissertação no Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória/UEMS).

## A educação infantil e a BNCC: algumas considerações

Como um documento normativo, a BNCC assume centralidade na Educação Nacional. Embora sua narrativa enuncie que os demais documentos orientativos anteriormente publicados pelo MEC não devem ser desconsiderados para a prática pedagógica nas escolas, ao afirmar que a BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”, não possibilita que a Educação aconteça no Brasil, fora do que ela direciona (BRASIL, 2018, p. 7).

Tratando-se da estrutura em que a BNCC é apresentada, evidenciamos que esse documento curricular expõe em forma de organogramas e esquemas sua organização e a hierarquia na condução do processo educativo. Trouxemos aqui a ilustração de três organogramas disponíveis nas páginas 24, 25 e 26 da BNCC (BRASIL, 2018), como pode ser observado a seguir na figura 1.

Figura 1: Estruturas de organização da BNCC (2018)



Fonte: BRASIL (2018)

A ilustração apresentada na figura 1 (1ª parte) coloca a Educação Básica na parte superior e imediatamente abaixo dela as competências gerais da Educação Básica, evidenciando que estas serão a centralidade de toda a Educação Básica brasileira, direcionando o ensino desde

a Educação Infantil até o Ensino Médio. Abaixo das competências estão dispostas as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, uma ao lado da outra e na sequência de acontecimento na vida dos alunos. A figura 1 (1ª parte) retrata ainda em sua ilustração a forma como cada etapa está estruturada no documento, por ano, turmas e organização curricular.

Já, na figura 1 (2ª parte), encontra-se a ilustração da estrutura da parte da Educação Infantil no documento curricular, e abaixo da nomenclatura da Educação Infantil e em ordem de subserviência estão os direitos de aprendizagens e conhecimentos seguidos pelos campos de experiência e seus respectivos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. São os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que delinearão o ensino para as três etapas da Educação Infantil: bebês (de zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e sete meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses). Também estão expostas na figura 6 as devidas explicitações acerca dessa estrutura, que são:

- *Direitos de aprendizagem e desenvolvimento*: na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver: conviver; brincar; participar; explorar; expressar; conhecer-se.
- *Campos de experiências*: considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
- *Etapas e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento*: Em cada campo de experiências, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária (BRASIL, 2018, p. 25).

A última parte da figura 1 (3ª parte), que esboça ilustração da estrutura da BNCC, traz o quadro de cada campo de experiências, organizado em três colunas: uma para cada etapa da Educação Infantil a ser atendida de acordo com a faixa etária das crianças. Esse quadro detalha os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada Campo de Experiências, organizando em cada linha da coluna os objetivos definidos conforme as faixas etárias. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são identificados por um código alfanumérico, dispostos em numeração sequencial, mas que não explicitam hierarquia ou ordem entre os objetivos. Os referidos códigos alfanuméricos são estruturados com: um primeiro par de letras, que indica a etapa de Educação Infantil; seguidos de um primeiro par de números, que indica o grupo por faixa etária. Depois apresenta-se um segundo par de letras, que indica o campo de experiências; finalizado com um último par de números, que indica a posição da habilidade

na numeração sequencial do campo de experiências para cada grupo/faixa etária (BRASIL, 2018).

### **A primeira etapa da educação básica: a educação infantil na BNCC**

O documento curricular em questão traz uma narrativa que ratifica a concepção de criança enunciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), considerando a criança como sujeito histórico e de direitos “que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009 apud BRASIL, 2018, p. 37). A BNCC define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, constituindo-se “o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2018, p. 36).

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular traz para a etapa da Educação Infantil a sustentação acerca do cuidar e educar já exposto no RCNEI (1998) afirmando que

nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o **cuidado como algo indissociável do processo educativo**. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de **experiências, conhecimentos e habilidades** dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira **complementar à educação familiar** – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, p. 36, grifos nossos).

Considerando o seguinte trecho “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o **cuidado como algo indissociável do processo educativo** (BRASIL, 2017, p. 36, *grifos nossos*)” é possível observar que na narrativa da BNCC há menções a outros documentos, quando aborda a questão do educar e cuidar como elemento central do processo educativo, ou seja, nessa narrativa, a Educação Infantil visa cuidar e educar.

A BNCC, segundo o que o próprio texto indica, é um documento que visa estabelecer normas para a organização do currículo da Educação Básica em todo o país, seja em instituições

públicas ou privadas, apresenta os direitos de aprender, de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se e também os princípios de aprendizagem: éticos, políticos e estéticos. Tanto a redação dos direitos de aprendizagem quanto dos princípios relacionam as questões de cidadania, respeito, democracia e culturas.

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 42).

Nesse sentido, além de elencar o que é chamado por *aprendizagens essenciais*, também as justifica pela ideia de assegurar *direitos de aprendizagem e desenvolvimento*. Tendo em vista esse panorama, propomos uma análise do documento formulado para o ensino de História para o segmento de Educação Infantil, interessando-nos localizar indícios dos processos de tentativa de fixação de sentidos a partir das seguintes indagações: o que é chamado de *essencial* – mas é essencial para quê? Para quem? Quem definiu o que é essencial e a partir de que parâmetros? A que outros elementos dessa teia discursiva esses conteúdos e objetivos se articulam? Que sentidos o documento procura fixar e a que tradições ele alimenta? A que projetos se filia? Além disso, consideramos importante compreender os sentidos atribuídos no documento ao significante *direitos de aprendizagem e desenvolvimento*, e como esses direitos são posicionados na narrativa apresentada.

## **O ensino de História e o pensamento histórico-social na BNCC da educação infantil**

Como decorrência de toda a reflexão constituída no campo de pesquisas sobre a infância, inferimos que as propostas curriculares necessitam incorporar a importância de se promover o desenvolvimento do pensamento histórico já desde a primeira etapa da escolaridade, isso porque

ensinar História para uma criança [...] pode ajudá-la a pensar sobre sua própria história. Isso representa tomar consciência de seus hábitos, compreender melhor a cultura e o ambiente em que vive, e conhecer a realidade de seus colegas. Ao descobrir quem é e de onde veio, ela tem condições de projetar para onde vai (FERMIANO; SANTOS, 2014, p. 10).

Na BNCC, as questões referentes ao ensino de História e ao pensamento histórico-social (tempo e espaço) foram incorporadas no chamado *Campo de Experiências Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações*. Ao comparar o lugar ocupado pelo pensamento histórico-social no RCNEI e na BNCC, pode-se observar um processo de apagamento, tendo

esse ocorrido com mais significância no último documento curricular homologado, aspecto que remete aos embates em torno do que seria importante de ser abordado no ensino para crianças e exacerbando o currículo como um campo de lutas. Inferimos isso, porque a estrutura na qual os conhecimentos relacionados ao ensino de História são alocados dividem o espaço com outros campos do conhecimento.

No RCNEI, os conteúdos e conhecimentos relativos ao *ensino de História* são apresentados no eixo *Natureza e Sociedade*, dividindo o espaço nessa estrutura com conhecimento de *Ciências Naturais* e *Geografia*. Já na BNCC, o Campo de Experiência que abarca os conteúdos e conhecimentos relativos aos *ensino de História* é o *Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações*, que também concentra os campos disciplinares de *Ciências Naturais*, *Geografia* e *Matemática*. Observamos, assim, conforme o quadro 5, que o *ensino de História* que anteriormente dividia espaço com dois campos disciplinares (RCNEI), passa a dividir o mesmo espaço com três campos disciplinares na BNCC, sendo um destes o campo de *Matemática* – o qual, no RCNEI, concentrava-se sozinho em um eixo de aprendizagem.

**Quadro 1:** Comparação da Estrutura de Conhecimentos a serem ofertados na Educação Infantil

<b>Comparação da Estrutura de Conhecimentos a serem ofertados na Educação Infantil</b>			
RCNEI (1998)		BNCC (2017)	
Âmbito de experiências: Formação Pessoal e Social	Eixo: Identidade e Autonomia	O eu, o Outro e o Nós	Campos de Experiências
Âmbito de experiências: Conhecimento de mundo	Eixo: Linguagem Oral e Escrita	Escuta, fala, Pensamento e Imaginação	
	Eixo: Artes Visuais	Traços, Sons, Cores e Formas	
	Eixo: Movimento	Corpo, Gestos e Movimento	
	Eixo: Natureza e Sociedade	Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações	
Eixo: Matemática			

**Fonte:** Organização própria a partir de Brasil (1998a; 1998b; 1998c; 2018).

Esse possível apagamento observado nas primeiras leituras dos documentos curriculares, propostos para a Educação Infantil em nível nacional, dificulta que as crianças desenvolvam o pensamento histórico-social na primeira infância, pois os conhecimentos acerca do ensino de História tendem a ficar em segundo plano em detrimento dos demais campos disciplinares.

Isso nos saltou aos olhos e nos apresentou indícios da secundarização do ensino de História na Educação Infantil, fato que traz perdas às crianças, uma vez que “o maior potencial do ensino de História é, pois, contribuir para localizar a criança no seu contexto e, assim, torná-la capaz de se reconhecer como ser humano dentro de um sistema de relações sociais que foi formado ao longo do tempo” (FERMIANO; SANTOS, 2014, p. 10). Sabemos que a partir do momento em que a criança adentra um contexto formal de Educação, as experiências a que esta ficará exposta ressignificam as concepções adquiridas em seu grupo de convívio, familiar ou comunitário. Leontiev (1988) destaca que é com a entrada da criança no espaço escolar e que acontece a reorganização de sua vivência, e por isso

não podemos deixar de dar atenção a este momento na vida da criança. Todo o sistema de suas relações vitais se reorganiza [...] O essencial é que doravante as suas obrigações não são apenas para com os pais e o educador; são objetivamente obrigações relativas à sociedade [...] Ao fazer os seus deveres, a criança tem, pela primeira vez, sem dúvida, a impressão de fazer qualquer coisa verdadeiramente importante [...] Que diferença de suas ocupações e de seus jogos precedentes! (LEONTIEV, 1988, p. 289).

Portanto, por mais que, desde quando nasce, o bebê tenha contato com a temporalidade, é a partir do momento que este adentra o espaço educativo de uma instituição de Educação Infantil que esse contato se torna mais intenso e concreto. Isso ocorre porque a criança passa a vivenciar situações cotidianas que envolvem a temporalidade e o tempo histórico durante as aulas, sendo estas diversas daquelas costumeiramente vivenciadas no contexto familiar, e então ao estimular a criança “a observar semelhanças e diferenças, permanências e mudanças [...] ela descobre que todos possuem história” (FERMIANO; SANTOS, 2014, p. 10).

Considerando que os embates travados em torno da elaboração da BNC/BNCC atingiram todas as etapas da Educação Básica, inferimos que há indícios de que a narrativa trazida pela versão final da BNCC tenha produzido apagamentos, sendo um deles o desenvolvimento do pensamento histórico-social. Indicamos isso porque, ao realizarmos a leitura da versão preliminar da BNC/BNCC (BRASIL, 2015), referente à parte da Educação Infantil, observamos que constam princípios (éticos, políticos e estéticos), os quais têm por finalidade guiar o fazer pedagógico nas Instituições de Educação Infantil; constam também os seis direitos de aprendizagem e os cinco Campos de Experiências. Contudo, convém explicitar que a primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015), apesar de não organizar os objetivos de aprendizagem, divididos por faixas etárias, trazia ainda um esboço acerca das experiências a serem trabalhadas em cada área do conhecimento: Linguagem, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza. E na área de Ciências Humanas, a narrativa indicava uma interlocução

do ensino de História dentro de todos os Campos de Experiências, trazendo, mesmo que tímido, um direcionamento ao ensino de História.

Na segunda versão da BNC/BNCC (BRASIL, 2016), percebemos no texto introdutório uma maior discussão acerca das especificidades da Educação Infantil, além de um diálogo entre o documento e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), quando comparado com a versão preliminar. A narrativa dessa segunda versão contemplou ainda uma parte textual destinada à relação da BNCC com as DCNEIs (BRASIL, 2009), explicitando os princípios da Educação Infantil, a relação *cuidar e educar*; o papel das *interações e brincadeiras*; a seleção de *práticas, saberes e conhecimentos*; e a *centralidade das crianças no processo ensino-aprendizagem*. A versão de 2016 contemplou uma parte destinada ao currículo na Educação Infantil, outra para explicitar acerca dos objetivos de aprendizagem, além de apresentar os objetivos de aprendizagem (de cada campo de experiências), separados por faixas etárias (bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas). Outro ponto acrescentado foi a listagem de direitos de aprendizagem específicos para cada campo de experiências; no entanto, o esboço acerca das experiências a serem trabalhadas em cada Área do Conhecimento (Linguagem, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza) foi retirado.

A última versão da BNCC (BRASIL, 2017), também chamada de versão homologada, apresentou grande ruptura em sua narrativa, acerca do que já havia sido construído e apresenta um texto bastante sucinto, suprimindo significativamente a parte introdutória que trazia discussões de conceitos fundamentais. Além dessa supressão, foi retirada a listagem de direitos de aprendizagem específicos para cada campo de experiências e acrescida a importância que a narrativa do documento confere às *competências* educacionais. Nessa versão homologada, percebemos que alinhar o ensino de História e o desenvolvimento do pensamento histórico-social aos objetivos de aprendizagem expresso dentro da sua narrativa do documento é desafiador para as professoras.

### **Considerações finais**

Nesta apresentação, explanamos sobre indícios acerca do possível apagamento do ensino de História e do desenvolvimento do pensamento histórico-social na Base Nacional Comum Curricular (Educação Infantil). Observamos que a mudança curricular de 2017 ampliou o afastamento do ensino de História do processo educativo na primeira etapa da Educação Básica a partir de uma redefinição do sentido do que é considerado *essencial* nessa etapa da escolaridade. Contudo, esses são apenas os primeiros questionamentos de outros que



afloram, pois como a BNCC produz o sentido de pensamento histórico-social e que significantes são privilegiados nesse processo são pontos necessários a serem tratados nessa reflexão.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Vol. 1 (Introdução) / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Vol. 2 (Formação Pessoal e Social) / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Vol. 3 (Conhecimento de Mundo) / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998c.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de Dezembro de 2009, Seção 1, P. 18. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN52009.pdf?query=FAM%C3%8DLIA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf?query=FAM%C3%8DLIA). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. MEC, Undime, Consed (orgs.). Apresentação/1ª versão – 302 p. Brasília: MEC, 2015b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Versão final [Educação Infantil, Ensino Fundamental]. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Versão final [Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio]. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FERMIANO, M. B. SANTOS, A. S. dos. *Ensino de História para o Fundamental 1: Teoria e Prática* / Maria Belintane Fermiano e Adriane Santarosa dos Santos. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANGELLA, R. C.; AXER, B.; ROSÁRIO, R. S. L. Políticas curriculares em uma lógica centralizadora e escapes possíveis: tecendo outras redes políticas. *Revista e-Curriculum*, v.15, n.4, p.1176, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/34833>> Acesso em: 5 ago. 2021.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. F. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. Coleção docência em Formação/Série saberes pedagógicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VYGOTSKY, L. *et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1988.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, n. 1, jul. 2009.